

2ª edição
atualizada

A DITADURA SALAZARISTA

UMA INTRODUÇÃO

Maria Luisa
Nabinger
de Almeida



Editora
Mackenzie



A DITADURA
SALAZARISTA
UMA INTRODUÇÃO

Coleção AcadeMack, 25

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Reitor: Benedito Guimarães Aguiar Neto

Vice-reitor: Marcel Mendes

EDITORA MACKENZIE

Conselho editorial

Helena Bonito Pereira (*Presidente*)

José Francisco Siqueira Neto

Leila Figueiredo de Miranda

Luciano Silva

Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira

Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Moises Ari Zilber

Valter Luís Caldana Júnior

Wilson do Amaral Filho

MARIA LUISA NABINGER DE ALMEIDA

A DITADURA SALAZARISTA

UMA INTRODUÇÃO

2ª edição atualizada

 Editora
Mackenzie

Copyright © 2014 Maria Luisa Nabinger de Almeida.

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

Coordenação editorial: Joana Figueiredo
Projeto gráfico: Monica Raynel - Estúdio ô+sch
Pesquisa iconográfica: Angelita Cardoso
Diagramação: Estúdio ô+sch
Copidesque: Carlos Villarruel
Revisão: Fábio Gonçalves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Almeida, Maria Luisa Nabinger de
A ditadura salazarista : uma introdução / Maria
Luisa Nabinger de Almeida. -- 2. ed. atual. --
São Paulo : Editora Mackenzie, 2014. --
(Coleção Academack ; v. 25)

Bibliografia.

ISBN 978-85-8293-035-9

1. Ditadura 2. Facismo - Portugal 3. Portugal -
Política e governo - 1910-1974 4. Salazar, António
de Oliveira, 1889-1970 I. Título. II. Série

14-05002

CDD-946.904

Índices para catálogo sistemático:

1. Portugal : História 946.904

EDITORA MACKENZIE
Rua da Consolação, 930
Edifício João Calvino
São Paulo – SP – CEP 01302-907
Tel.: (5511) 2114-8774
editora@mackenzie.br
www.mackenzie.br/editora.html

Como adquirir o livro:
Livraria Mackenzie
Tel.: (5511) 2766-7027
livraria@mackenzie.br
www.livraria.mackenzie.br

Para Luis Alperin.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO: SALAZAR, UM FASCISTA
ENVERGONHADO? | 9

INTRODUÇÃO | 17

1 ARCABOUÇO DO ESTADO NOVO | 25

2 ECONOMIA DE *ANCIEN RÉGIME* E CLASSE TRABALHADORA | 43

3 CULTURA, ARTES PLÁSTICAS, ARQUITETURA E URBANISMO | 63

4 PROPAGANDA, IMPRENSA E CENSURA | 85

5 EMIGRAÇÃO: O FEITIÇO CONTRA O FEITICEIRO | 99

6 FIM DE UM “IMPÉRIO COLONIAL” | 119

CONCLUSÃO | 157

REFERÊNCIAS | 163

ÍNDICE | 173



Salazar, como primeiro-ministro (de 1936 a 1944), em palestra, em novembro de 1938.

Crédito: Agência France-Press.

INTRODUÇÃO

A tarefa de esboçar as ideias de António de Oliveira Salazar sobre o Estado Novo implantado em Portugal, em 1933, justifica a construção desta pequena história contemporânea portuguesa, até hoje muito pouco difundida entre nós. Ainda que alguns anos mais tarde no Brasil tivéssemos conhecido igualmente um Estado Novo da Era Vargas, pouco foi feito na nossa historiografia para traçar um paralelo entre as “nações irmãs corporativas” (cf. MARTINHO; COSTA PINTO, 2008; ALMEIDA, 2003). Parece mesmo que a história dos descobrimentos marítimos ou da colonização portuguesa entre nós obscureceu o desenvolvimento e a continuidade de existência histórica da-quele país, como era, aliás, desejo de Salazar.

O limite é, portanto, no momento, um esforço para indicar as razões históricas da implantação do Estado Novo português e focalizar, simultaneamente, as instituições políticas e econômicas, a classe trabalhadora, a cultura, as artes plásticas e a arquitetura, a imprensa e a censura, a emigração e o fim do “Império Colonial”, tendo em vista o conhecimento de um Estado que se pretendia fortemente nacionalista. Este é, inclusive, um entre vários argumentos polêmicos introduzidos na análise do caráter do Estado Novo.

O esclarecimento das controvertidas visões produzidas sobre a natureza da governança levada a cabo por Salazar não só durante aquele período, entre os anos de 1933 e 1974, como também ao longo das últimas quatro décadas que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, faz-se necessário para superarmos os obstáculos que ainda hoje impedem a compreensão do fenómeno salazarista.

Se a intenção de Salazar foi recriar o *Ancien Régime*, aliçado nas práticas colonialistas, observaremos que as origens do Estado Novo podem ser percebidas já nos primeiros anos do século XX, com a difusão em Portugal das ideologias católicas e de extrema direita francesas. As ideias do catolicismo social de René de la Tour du Pin e Albert de Mun eram naturalmente encontradas na imprensa católica portuguesa em 1907, em que se reafirmava o valor da manutenção da hierarquia social, o descrédito ao sufrágio universal e ao parlamentarismo. Ora, desde já, a incorporação em Portugal das ideias contrarrevolucionárias foi motivada por uma repulsa às ideias da Revolução Francesa sem, no entanto, impedir a vitória da República portuguesa em 5 de outubro de 1910.

Sintomaticamente, porém, o malogro político vivido pelos republicanos durante 16 anos, desde a implantação da República até o golpe militar de 28 de maio de 1926, correspondeu à trajetória de ascensão das doutrinas católica, corporativa e nacionalista com “Deus, Pátria e Família”, em busca da “regeneração” da sociedade portuguesa.

Com a instalação do primeiro governo republicano, formado provisoriamente de 6 de outubro de 1910 a 3 de setembro de 1911, poderia pensar-se em um esfacelamento das forças católicas em torno de uma democracia social ou de um catolicismo social, na medida em que um dos primeiros atos daquele governo foi ter promulgado a separação da Igreja e do Estado, o confisco dos bens religiosos, além da repressão às sedes da imprensa católica.

A reação dos católicos deu-se, no entanto, em seguida, já nos primeiros anos de 1912-1913, com o reaparecimento de inúmeras revistas especializadas, como *Catolicismo social* e *Revista católica*, de Viseu; *A ordem*, no Porto; *A fé cristã*, de Lisboa; e, principalmente, *O imparcial*, em 1912, do Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC), de Coimbra, cujos responsáveis formaram “a alma de um núcleo militante nas

origens do Estado Novo”: António de Oliveira Salazar e padre Cerejeira (posteriormente Patriarca de Lisboa).

Para Salazar, tanto a Monarquia Constitucional quanto a República continham em si “a conservação do Parlamento como órgão de soberania” (BARREIRA, 1997, p. 12), havendo, em consequência, a supremacia do indivíduo em detrimento da nação. Tal como Charles Maurras, Salazar pregou a inversão do princípio *polique d’abord* em favor da religião.

O princípio maurrasiano – *religion d’abord*, adotado pelos católicos portugueses – sugeriu-nos, ainda, uma recriação do Padroado Português do Oriente⁶ que remontava à época das descobertas, mas onde as decisões sobre os assuntos eclesiásticos foram, ao longo do tempo, alterados em favor das decisões tomadas pelo chefe de Estado, a despeito da Santa Sé. Estavam dadas as condições para Salazar investir na ideia da *posse do poder* para alcançar a *posse das consciências* (BARREIRA, 1997, p. 11).

Enquanto os católicos se recompunham, os governos republicanos, em especial, aquele presidido por Manuel de Arriaga (1911-1914), enfrentavam diversas dificuldades: grave crise econômico-financeira herdada da Monarquia e, posteriormente, da Primeira Guerra Mundial. Ainda que o país tivesse passado por uma bem-sucedida reorganização administrativa e conhecido um equilíbrio orçamentário entre os anos de 1912-1913, pouco se beneficiou, pois a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial deixaria um saldo de cinco mil mortos, nova desorganização econômica e, sobretudo, constituiu-se em pretexto para acirrar os conflitos entre os republicanos – o Partido Democrático, dirigido

6 Tratado bilateral entre a Igreja Católica e Portugal, em que aquela delegava a administração religiosa nos domínios coloniais portugueses. O mesmo ocorreu em 7 de maio de 1940, com a concordata entre a Igreja Católica e o “Estado Novo” português, mantendo a separação entre a Igreja e o Estado, mas concedendo a este um controle sobre aquela instituição (cf. CERQUEIRA, 1973, p. 473).

por Afonso Costa; o Partido Evolucionista, chefiado por António José de Almeida; e o Partido Unionista, de Brito de Camacho.

As lutas políticas, no entanto, não se restringiram aos detentores do poder. Atingiram, também, os partidos rivais, tanto aqueles de tendência anarquista – a Carbonária, a Legião Vermelha, a Formiga Branca, e outros, quanto aqueles situados à direita – a Causa Monárquica, a Junta Central do Integralismo Lusitano –, o Partido Nacionalista que, extinto em 1911, cederia lugar para o Centro Católico Português (CCP), fundado em 1917, cuja principal figura seria Salazar (VOLOVITCH, 1983).

À breve ditadura personalista de Sidónio Pais, de 1917 a 1918, seguiu-se outro período conturbado da Primeira República portuguesa: houve a instalação de um governo monarquista na Região Norte do país, a chamada Monarquia do Porto, em 19 de janeiro de 1919, derrotada em fevereiro do mesmo ano, além das mudanças sucessivas de governo – nove presidentes em 1920, outros cinco em 1921. Portugal teria conhecido, entre 1910 e 1926, 45 governos e 193 ministros.

A falida situação do país ainda se refletiria nas greves – em consequência da carestia de vida, além da forte mobilização operária favorecida pela criação da Confederação Geral do Trabalho, em 1919 –, na falência da situação monetária, na situação inflacionária e no aumento das dívidas externa e interna.

À corrente católica e antiparlamentarista representada pelo CCP juntaram-se os intelectuais⁷ especializados em África por-

7 Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992, v. 1, p. 637), o termo “intelectual” possui duplo significado: primeiro, refere-se a “uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas [...] uma segunda acepção, mais vulgar na publicidade de atualidade literária e política, para a qual os Intelectuais são os escritores ‘engajados’. Por extensão, o termo se aplica também a artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates”.

tuguesa e agrupados em torno da revista *Seara nova*, fundada em 1921. Desde o *Ultimatum*⁸, a *intelligentzia*⁹ republicana desejou redefinir a política colonialista com o *Portugal em África* (publicação fundada em 1894). As metas traçadas para “a ressurreição de uma parte das suas grandezas e glórias [que] só é possível pela criação de um novo império lusitano, no Continente Negro”, explicitadas na redação do corpo editorial, em que figurou Quirino de Jesus, responsável também, posteriormente, pela “‘ossatura jurídica’ do Estado Novo” (BARREIRA, 1997, p. 29).

Ainda que alguns anos mais tarde, em 1926, o esclarecido grupo da *Seara nova*¹⁰ aspirasse a uma ditadura de salvação nacional –

Sim, meus amigos, concedo, o que nos salvaria (?) era talvez uma certa ditadura; mas o que nos perderá de vez são todas as outras ditaduras, e o mais certo, por mal dos nossos pecados, é que a ditadura que virá não será aquela que deveria vir
(PROENÇA apud BARREIRA, 1997, p. 87, nota 7),

8 “Trata-se de uma intimação dada pela Inglaterra a Portugal em 11 de janeiro de 1890. Nesta época, os dois países disputaram as regiões africanas – Angola e Moçambique. A querela entre os dois países culminou após as ordens da Inglaterra a Portugal para que este retirasse suas forças militares de Chire, Mokololos e Machonos” (SERRÃO, 1968, v. IV, p. 219-224).

9 O adjetivo latino *intelligentzia* ou *intelligentsia* “teve sua primeira forma de substantivação na metade do século XIX, na língua russa, com o termo *inteligenciija*, criado pelo romancista P. D. Boborykin e quase contemporaneamente retomado e difundido por I. S. Turgenev. Traduzido para as principais línguas européias, este termo indicou, inicialmente, um grupo social particular, típico da Rússia czarista e de alguns países eslavos; mas logo se generalizou para designar a classe culta, a categoria das pessoas que têm, em todas as sociedades, uma instrução superior” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, v. 1, p. 637).

10 Participaram da revista *Seara nova*, criada em 15 de outubro de 1921, os intelectuais republicanos António Sérgio de Sousa, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Raul Brandão, Câmara Reis, Raul Proença, Teixeira de Vasconcelos, com várias tendências editoriais entre 1921 e 1979 (cf. ROSAS; BRITO, 1996, v. II, p. 890-893).

nada os impediu, contudo, de traçar dois alvos precisos: “um Estado autoritário de tendências corporativistas” e a “salvação do nosso domínio ultramarino” (BARREIRA, 1997, p. 33, 36, notas 55 e 62).

De fato, em face do descrédito dos seareiros e da *intelligentzia* portuguesa no que concerne às instituições do regime republicano, as contradições inerentes aos institutos da representação e à universalização dos direitos não foram, porém, suficientemente compreendidas, levando-os a almejar, sem hesitação, a “Uma ditadura sem caráter de transitoriedade?” (BARREIRA, 1997, p. 87).

À ditadura que se seguiu ao golpe militar de 28 de maio de 1926 e que antecedeu a organização corporativa dos anos de 1930, Salazar ensaiou caracterizá-la como uma ditadura do tipo romana: “Governo de crise”, temporário, assentado, entretanto, em um “Comitê de Salvação” – a União Nacional (1932), objetivando a base de sustentação do novo Estado constitucionalizado (ALMEIDA, 2000a, p. 409). Desde então, a ascensão ao poder do catolicismo social de Salazar não só encontrou apoio nos militantes do CCP, como também nas dissidências republicanas, em particular do Partido Democrático, ainda que, posteriormente, alguns republicanos se engajassem na luta antifascista.

Uma vez consolidada a ditadura militar em 1926, apesar de ter enfrentado as reações de fevereiro de 1927 e a Revolta da Madeira em 1931, foi constituído o primeiro governo do presidente general Oscar Carmona que da Presidência só sairia na morte, em abril de 1951, e do professor de Economia da Universidade de Coimbra António de Oliveira Salazar, como ministro das Finanças.

Com o orçamento equilibrado e a moeda estabilizada, Salazar foi também nomeado, em 1932, presidente do Conselho de Ministros. Logo iria ser composto um ministério civil para dar início a um governo com aparente normalidade constitu-

cional, em contraposição à situação saída da ditadura militar de 1926.

Esse governo que durou mais de 40 anos teve, depois da morte política de Salazar em 1968, a continuidade no período denominado de “liberalização” de Marcello Caetano que seria deposto em 25 de abril de 1974, pelo Movimento dos Capitães.

FOI A DITADURA SALAZARISTA um regime fascista? Apesar das controvérsias, teóricas e ideológicas, é indubitável a natureza fascista do Estado Novo português. A especificidade daquela ditadura não deve ser menosprezada se desconsiderarmos as antigas colônias, principalmente, na África, onde a oligarquia monopolista portuguesa deu seu preço para apoiar o governo de Salazar. As práticas de domínio e de exploração, que conduziram a toda sorte de violação dos direitos humanos na então “Zona do Escudo”, tiveram continuidade com diferentes técnicas de tortura no campo de concentração ou “campo da morte lenta” do Tarrafal e demais cárceres, como Caxias, Peniche, Aljube e Machava.

O testemunho e o registro da resistência portuguesa, no interior do país ou no exterior, tampouco podem ser ignorados em face da censura, da delação, da falta de liberdade de expressão, e, principalmente, das manifestações das milícias armadas. Sob as palavras de ordem da Legião e da Mocidade Portuguesas, a ditadura salazarista conheceu todos os matizes da antidemocracia e do anticomunismo para enaltecer a figura do ditador.

O público em geral e os estudantes de História e de áreas afins estão convidados para exercitar a “imaginação” de Wright Mills no desvendar da ditadura salazarista em quase todos os azimutes.

ISBN 978-85-8293-035-9



9 788582 930359

